

Da Segunda Guerra Mundial à Guerra Colonial

João Vieira Borges

1. Introdução

A honra do desafio que nos foi lançado pela direcção do IDN, tem “atrelada” uma responsabilidade acrescida pelo simples facto de desempenharmos, simultaneamente, as funções de membro da comissão de organização do seminário e as funções de professor regente da disciplina de “História do Pensamento Estratégico” no âmbito do Mestrado em História Militar, na Academia Militar.

No entanto, a tarefa foi de algum modo facilitada pelas pistas implícitas nos trabalhos de Hervé Coutau-Bégarie e, em particular, na sua obra *Tratado de Estratégia*, mas sobretudo pelos estudos recentes de António Horta Fernandes¹ e de António Paulo Duarte.² Depois de constatarmos que durante o período em análise, ou seja entre 1945-1961, a Estratégia constituiu um domínio quase exclusivo

¹ FERNANDES, António Horta - «O Pensamento Estratégico [século XX]», in *Nova História Militar. Portugal nos Conflitos Internacionais*, por António Horta Fernandes, José Medeiros Ferreira [et. al.], com coordenação de Nuno Severiano Teixeira, sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004, pp. 511-581.

² DUARTE, Paulo - *Política de Defesa e Estratégia Militar durante o Estado Novo (1919-1958)*, dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História Institucional e Política Contemporânea apresentada à FCSH/UNL, Lisboa, 2005.

dos pensadores e das escolas militares, orientámos o nosso esforço de pesquisa no sentido de descortinarmos, no esteio das escolas militares, os artigos e as obras sobre Estratégia publicadas em Portugal. Assim, os caminhos da pesquisa apontaram mais facilmente para o recente Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), para a Escola Naval e para a Academia Militar, onde encontramos algumas obras de professores de referência e alguns artigos na *Revista Militar* e nos *Anais do Clube Militar Naval*, citando alguns exemplos.

Este período, que abarca os pensadores da “Estratégia das Origens”³ e da “Estratégia ao serviço da Guerra”,⁴ não tem ainda, em termos mundiais, a sistematização que lhe viria a dar o General Beaufre em 1963 com a sua *Introdução à Estratégia*.

Como metodologia, começaremos pela visão global (dos factos nuclear e subversivo) no sentido de melhor entendermos a visão nacional (da consolidação do Estado Novo e da recuperação de um Portugal fundador da NATO, mas marcado pelo “pecado colonial”, do atraso da admissão à ONU, das profundas reformas nas Forças Armadas Portuguesas, etc.). Só depois tentaremos caracterizar as

³ Associada à «arte do General» e ao «conjunto de manobras e batalhas», normalmente confundida com a Tática e sem conceptualização sustentada. Dista da Antiguidade Clássica a Clausewitz (“o músico sem instrumento”, nas palavras do General A. Cabral Couto).

⁴ Com a redução da utilização da Estratégia a factos e fenómenos do domínio militar. Neste período, que dista *Da Guerra* de Clausewitz à *Introdução à Estratégia*, do General A. Beaufre, a Estratégia constitui simplesmente um ramo da Arte e da Ciência Militar, sendo entendida com uma dimensão quase exclusivamente militar: (“o solista da estratégia militar”, segundo o General A. Cabral Couto). Só depois da *Introdução à Estratégia*, do General Beaufre (já em 1963), consideramos a “Estratégia Integral”, detentora de uma teorização coerente e consistente (capaz de unificar uma concepção da Estratégia), e assente na crescente importância das restantes formas de coacção (em especial, na sua vertente económica, psicológica e política, entre outras). A par da Estratégia militar, surgem, com um carácter próprio, outras estratégias gerais associadas às diferentes formas de coacção. Apela assim, de forma integrada e sistémica, a todo o tipo de recursos do actor estratégico, tangíveis e intangíveis, e a novos e poderosos instrumentos de análise, como a *teoria dos jogos*, a investigação operacional, as teorias da decisão (“a orquestra nacional, que evolui para sinfónica com a conjugação harmoniosa das diferentes partituras tocadas por diversos naipes da orquestra”, nas palavras do General Abel Cabral Couto).

obras e os pensadores deste período,⁵ numa perspectiva de evolução do conceito e da sua aplicabilidade no âmbito das opções estratégicas nacionais. Não esqueceremos ainda a influência da evolução do fenómeno da guerra e de outras escolas de Estratégia. Terminaremos ainda com umas considerações finais, em jeito de conclusão, na esperança que se tornem num incentivo para um debate mais alargado e também para uma pesquisa mais cuidada.

2. *A visão global: dois marcos estratégicos*

Tal como destacou o General Beaufre, “em Estratégia, mais do que em qualquer outra área, é preciso saber distinguir o essencial do acessório” (Beaufre, p. 133). Vejamos, então, de modo muito sucinto, os grandes marcos deste período.

António Horta Fernandes trata este período como do «Pós-Guerra à Contra-Subversão em África», destacando a Guerra-Fria e a Guerra Subversiva como os grandes marcos da própria Guerra Total, que, teoricamente, ficaria desacreditada com a Segunda Guerra Mundial.

Também o General Abel Cabral Couto considera que o pensamento estratégico ocidental se encontrava “em crise de fundamentos e de epistemologia, devido a dois fenómenos que abalaram o saber tradicional, ainda afirmado na II Guerra Mundial: o facto nuclear e o facto subversivo.”⁶

Este é um período em que, segundo Beaufre, “já não se acredita na genialidade dos estrategos.”⁷ Nascem, deste modo, as «mitologias brancas da defesa», de A. Horta Fernandes, e relacionadas com a criação dos ministérios da Defesa (terminam, por esta altura, os Ministérios da Guerra), de acordo com a premissa de que os Estados eram exclusivamente defensivos, muitas vezes para esconder políticas claramente agressivas e expansionistas. É também o perí-

⁵ Destacaremos assim, sobretudo os estrategistas, mas não deixaremos de falar dos realizadores, menos dedicados à escrita e mais à acção (os estrategos).

⁶ COUTO, Abel Cabral - «Prefácio», in BEAUFRE, André - *Introdução à Estratégia*, Edições Sílabo, Lisboa, 2004, p. 15.

⁷ BEAUFRE, André - *Introdução à Estratégia*, p. 27.

do do domínio das elites civis sobre as cúpulas militares no mundo ocidental, num clima de Guerra Fria em que todos se assumiam como defensores da paz. Dá-se uma profunda mutação social e económico-científica nas sociedades e que, segundo António Paulo Duarte, passam do patamar de «sociedade de produção reduzida e extensiva a sociedades de produção intensiva, concentrada e maciça».⁸ Nasce as organizações internacionais, tais como a ONU, a NATO e o Pacto de Varsóvia, organizações que se tornariam, de modo gradual, em actores internacionais, apesar do controlo das duas grandes “super-potências”, os EUA e a URSS.

Mesmo depois de uma Guerra que apelou à mobilização de todas as capacidades dos Estados, a maioria dos pensadores militares continuava a encarar a Estratégia como apenas um dos ramos da Arte ou da Ciência Militar.

Entre as várias excepções, encontrava-se Liddell Hart, que na obra *Strategy*, sistematiza a “Aproximação Indirecta”⁹ como a chave das vitórias dos grandes capitães da História. A sua visão indirecta teve imenso mérito, numa época em que a batalha frontal era cultivada nas escolas militares e nos teatros de operações. Mas o mérito de Liddell Hart estende-se à sua visão de uma “Grande Estratégia ou Política de Guerra ou Estratégia Superior”, entendida então como “a arte de coordenar e dirigir todos os recursos de uma Nação ou de um grupo de Nações, para a consecução dos objectivos definidos pela política.”¹⁰ A um nível inferior, identificou a Estratégia Militar (cujo objectivo é o desequilíbrio), entendida como “a arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política.” Tendo classificado a Estratégia Militar como a «arte dos Generais», assumiu a dificuldade em separar este conceito da Tática, que definiu como “a aplicação da Estratégia num escalão mais baixo.”

⁸ DUARTE, Paulo - *Política de Defesa e Estratégia Militar durante o Estado Novo (1919-1958)*, p. 49.

⁹ Que A. Beaufre distinguiu de “Estratégia Indirecta”. A aproximação indirecta visa a vitória militar enquanto que a “Estratégia Indirecta” visa que o essencial da decisão seja determinado por meios diferentes da vitória militar.

¹⁰ HART, Liddell - *Estratégia*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1966, p. 417.

Para Liddell Hart, o poder militar era apenas um dos elementos da “Grande Estratégia”, a qual devia, simultaneamente, considerar e aplicar o poder financeiro, diplomático e comercial e a pressão ética para enfraquecer a vontade do adversário. Era o enquadramento da Estratégia Militar, num conjunto mais vasto e harmonioso. Tratava-se de uma evolução conceptual mas, pelo menos até à obra do General Beaufre¹¹ (*Introdução à Estratégia*, publicada em 1963 e com prefácio de Liddell Hart), a Estratégia continuou a estar intimamente ligada à Guerra “em acto” e a deter fronteiras muito ténues com o *campus* da Política.

Para além dos escritos de Liddell Hart, também se impunha a necessidade de estabelecer uma nova escola americana, assaz mais pragmática e sobretudo mais preocupada com o fenómeno da proliferação da arma nuclear, da dissuasão nuclear e da não-guerra.

Entretanto, os pensadores clássicos voltaram a “invadir” as escolas militares, em particular as obras de Clausewitz e de Jomini, mas os espaços de reflexão estendem-se também à Universidade (em especial, nos EUA), onde o campo de acção da Estratégia passou a ser abordado por investigadores civis originários de áreas científicas tão díspares como a Política, a História, as Relações Internacionais, a Economia, a Investigação Operacional, e até mesmo a Física. A maior parte desses escritos encontraram na arma nuclear a razão da sua existência e na Guerra Fria o seu campo privilegiado de aplicação.

Caracterizemos então, muito resumidamente, os dois marcos estratégicos associados pela maioria dos estrategistas a este período da História da Humanidade, respectivamente: a Guerra Fria e o facto nuclear; e a Guerra Subversiva.

A Guerra Fria, sustentada pelo poder nuclear e pelos seus efeitos, tornou-se numa “não-guerra”, baseada na “Estratégia da Dissuasão” e tendo como factor essencial, o elemento da incerteza. A impossibilidade da utilização da arma nuclear (não era apenas uma arma

¹¹ Só a mente do General André Beaufre conseguiria fazer essa *ponte* e descobrir novos caminhos formais para a Estratégia. A poucas páginas do início da sua *Introdução à Estratégia*, o General André Beaufre desenvolve uma nova teorização aplicável a qualquer tipologia da confrontação, de tal modo significativa que ainda hoje tem especial acuidade e constitui referência para qualquer estrategista.

mais potente) levava, no entanto, a desenvolver a guerra económica, a guerra psicológica e outras estratégias indirectas, que, por sua vez, obrigavam a uma maior coordenação entre a Política e a Estratégia. A estratégia nuclear situava-se assim, segundo Beaufre, «no plano da guerra total», no seu modo directo. Na impossibilidade de resolver o equilíbrio ou o impasse, as duas “super-potências” – os EUA e a URSS –, optaram por uma estratégia directa de corrida ao armamento (sustentada por dois grandes blocos militares, a NATO e o Pacto de Varsóvia),¹² mas também e simultaneamente por uma estratégia indirecta de apoio a novos aliados, que se tornavam satélites dos seus valores, da sua ideologia e do seu sistema económico. Deste modo, A. Beaufre considerava a estratégia indirecta como «um modo menor da guerra total» e como «um antídoto da estratégia nuclear».

No que respeita à Guerra Subversiva, que teve especial desenvolvimento neste período (1945-1961) devido à acção dos vários movimentos de libertação (vejam-se os exemplos da Indochina, da Argélia, da Coreia e de Cuba), o grande objectivo passava pelo desgaste psicológico e moral do adversário. Não sendo uma novidade, tinha agora o impulso das duas “super-potências”, curiosamente não colonialistas (tal como a China). Denote-se também a difusão por novos e modernos instrumentos da comunicação social (a rádio, a televisão e a imprensa escrita de massas), que alargavam a imagem da inexistência de frentes e conseguiam um mais fácil controlo (nem que fosse pelo medo ou pelo terror) das populações.

A Estratégia Subversiva constituía o instrumento fundamental do “fraco na sua luta contra o forte” e marcaria profundamente todo este período.

Portugal não fugiria a esta luta, em que se empenharia com as lições aprendidas por outros, mas sobretudo com uma preparação adequada e atempada dos quadros superiores das Forças Armadas.

¹² A forma não violenta de travar a «batalha».

3. *A visão nacional: da NATO à guerra colonial*

Depois de ter conseguido afastar-se das consequências nefastas da participação na Segunda Guerra Mundial, Portugal entraria na NATO em 1949, na condição de país fundador e pela observância da potência dominante, os EUA.

No entanto, o estatuto de potência colonial marcaria Portugal ao longo de todo um período de paz, terminado exactamente com uma tentativa de golpe militar (comandada por Botelho Moniz na *Abrilada*, de 1961), com a entrada forçada de Portugal na Guerra Colonial e com a invasão da Índia Portuguesa pela União Indiana. Estes factos e o tipo de regime autoritário limitariam, entretanto, a entrada de Portugal na ONU, acontecimento que só teria lugar dez anos depois da fundação daquela Organização.

Em termos militares, as grandes preocupações passaram pela reorganização das Forças Armadas de modo a tentarem fazer face a uma guerra convencional no âmbito da NATO, reformas que arrastariam, por sua vez, o rearmamento e a formação dos quadros superiores. Os programas de ajuda militar e a formação proporcionados pelos conselheiros norte-americanos a Portugal, levou muitos militares (a “Geração NATO”, segundo a expressão de António Telo) a tomarem consciência de que a relação entre a Estratégia e a Política não se circunscrevia exclusivamente ao critério vertical da ordenação da Estratégia. Esta percepção levou a que, em termos de conceptualização estratégica, não estivéssemos longe do que de melhor se fazia na Europa e no mundo, inclusivamente no entendimento das formas não militares da guerra, tão do agrado (e do interesse) dos pequenos poderes.¹³ A compreensão do novo papel de Portugal no mundo, no âmbito da Guerra Fria contribuiu também para uma visão estratégica mais global.

¹³ Associadas às reformas na organização das Forças Armadas, está todo um trabalho de pesquisa e análise de âmbito estratégico, que leva aos escapes dos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior algumas obras que adiante citaremos. No entanto, alguns dos actores mais influentes, não deixando obras teóricas (normalmente da autoria dos professores militares) teriam alguma influência na condução política e nas opções estratégicas.

Segundo o General Pedro Cardoso,¹⁴ “a participação de Portugal na NATO teve profundas repercussões nas nossas Forças Armadas. Organização, equipamento, métodos e programas de instrução, técnicas de Estado-Maior, processos de trabalho foram significativamente alterados mercê do acesso a nova documentação e regulamentos, dos contactos internacionais, da frequência de cursos no estrangeiro e do equipamento recebido ao abrigo da ajuda mútua.”

Para A. Horta Fernandes, “a entrada de Portugal na NATO e a modernização do tecido socio-económico a partir dos anos cinquenta contribuíram para que os pensadores militares portugueses compreendessem melhor o genético e o estrutural que caracterizava a Estratégia nos países mais avançados, permitindo um entendimento mais vasto do que poderiam ser os resultados da flexibilização da estratégia e das distintas formas de guerra.”¹⁵

Entretanto, a reflexão acerca das questões nucleares não teria muitos adeptos em Portugal porque, fundamentalmente, não mudou, no seu essencial, o potencial estratégico relativo de Portugal face ao mundo, mesmo considerando-se o “império ultramarino.”

Só no final da década de 1950,¹⁶ e em face da evolução e da acção desenvolvida pelos movimentos de libertação em todo o mundo e de modo particular em África, é que se começaram a desenvolver estudos mais cuidados no sentido de prepararmos as Forças Armadas para a guerra subversiva. Estes estudos atingiriam o seu ponto alto com a publicação de *O Exército na Guerra Subversiva*, em 1963,¹⁷ obra de referência ainda na actualidade. Esta nova

¹⁴ CARDOSO, Pedro - «Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX», in *Estratégia*, vol. IV, [s. n.], Lisboa, 1982, p. 54.

¹⁵ FERNANDES, A. Horta - *ob. cit.*, p. 569.

¹⁶ Entre 1958 e 1959 (depois da crise do Suez, em 1957, a política de defesa mudaria em Portugal), o Exército enviou cinco oficiais para o *Intelligence Centre of the British Army*, a fim de frequentarem um curso de informações, que incluía uma parte importante relacionada com a guerra subversiva (vejam-se os casos dos capitães Pedro Cardoso e Marques Pinto). Em 1958, o Major Hermes de Oliveira foi enviado a França com o intuito de recolher ensinamentos sobre a guerra da Argélia. Em 1959, foram enviados seis oficiais a um centro de contra-guerrilha na Argélia, chefiados pelo major Franco Pinheiro.

¹⁷ Elaborado por uma equipa dirigida pelo Tenente-Coronel Nunes da Silva e muito influenciada pela escola francesa.

guerra, que supunha a utilização das estratégias psicológicas, da política interna, da vertente diplomática, económica e militar presupunha uma compreensão ampla da Estratégia, a qual foi sendo consolidada com a própria experiência nos diferentes teatros de operações.

Entre Maio de 1958 e Dezembro de 1961, ocorrem seis acontecimentos importantes: a candidatura independente do General Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958; a conspiração da Sé, em 1959; a integração de Portugal na Associação Europeia para o Comércio (EFTA); a discussão da questão colonial entre 1960 e 1961; a revolta de Botelho Moniz, em 1961; e a invasão do Estado da Índia Portuguesa pela União Indiana, já no final de 1961.¹⁸

Em termos organizativos, a reforma de 1937, que deu lugar ao processo de integração dos Exércitos (Metropolitano, Ultramarinos e uma Armada exclusivamente baseada na Metrópole) prolongar-se-ia por mais de duas décadas, completando-se com a reorganização de 1959/1960.

Neste período, podemos ainda salientar a reforma de 1950 (Decreto-Lei n.º 37909, de 1 de Agosto de 1950), em que foi reorganizada a estrutura do Governo Português, tendo sido criados os cargos do Ministro da Defesa Nacional e de Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (o CEMGFA, que dirigia o Secretariado-Geral da Defesa Nacional). Ao ministro da Defesa Nacional incumbia a coordenação da política militar, o exame dos problemas da Defesa Nacional e a orientação dos trabalhos de mobilização civil. A reestruturação não extinguiu (segundo A. Horta Fernandes, por questões político-corporativas) então os Ministérios do Exército e da Marinha, assim como o sub-secretário de Estado da Aeronáutica. O CEMGFA era entendido mais como um órgão conselheiro do ministro da Defesa Nacional, hierarquicamente acima dos chefes dos ramos militares, mas sem grande poder executivo, apesar de dirigir a Secretaria-Geral da Defesa Nacional.

¹⁸ Na sequência dos conflitos com a União Indiana que começaram logo em 1947, com a independência daquele país e que se agudizaram em 1955, após a Conferência de Bandung e com a admissão de Portugal à ONU.

Em 1952, com a Lei n.º 2051, em que o Governo definiu as bases da política militar da Nação e a preparação da Defesa Nacional, nada se inovou, tendo-se mantido a ausência da compreensão da Estratégia integral. Na formação da Força Aérea, em 1952 (só em 1956-1957 se elevaria ao nível dos outros ramos militares), previu-se a sua extensão ultramarina, que, contudo só foi concretizada após a reorganização de 1956-1957. A fusão dos ramos ao nível superior continuaria uma questão em aberto (A. Horta Fernandes, p. 563).

As grandes reformas só teriam lugar em 1956, com a Lei n.º 2084, de 16 de Agosto (Lei da Organização Geral da Nação para o Tempo de Guerra), a qual definiu de modo mais actualizado as bases da Defesa Nacional, que, segundo Silva Ribeiro, perduraria no seu essencial até 1974.¹⁹ De acordo com este documento legislativo, a Defesa Nacional visava “manter a liberdade e independência da Nação, a integridade dos territórios portugueses e a segurança de pessoas e bens que nele se encontram.” No entanto, continuou presente uma visão excessivamente militar da Defesa e da mobilização para a guerra.

No ano de 1958 (depois da crise do Suez e em face da oposição dos próprios aliados na ONU) gerou-se um ambiente de grande preocupação e reflexão relativamente ao Ultramar, por parte dos altos comandos das Forças Armadas. Foi aprovada variada legislação que alterava a organização militar do “império ultramarino” (Decretos-lei n.ºs 41559 e 41577) e deu-se uma profunda reorganização do Ministério do Exército, que passaria a ter uma jurisdição sobre todo o território nacional metropolitano e ultramarino. Foram reestruturadas as unidades e todos os dispositivos e reorientada a instrução nos ramos militares, com o apoio da França e da Alemanha, os únicos países da NATO que compreenderam e apoiaram a nossa política ultramarina (é então criado o CIOE).

A crise do Suez é o começo de um rápido movimento de afastamento de Portugal em relação à NATO e da revisão de toda uma Política Externa e de Defesa. Segundo António Telo, “a política de Defesa muda oficialmente em 1959, quando o Conselho Superior

¹⁹ RIBEIRO, António Silva – *Organização Superior da Defesa Nacional*, Prefácio, Lisboa, 2004.

de Defesa aprova um documento, subscrito por Salazar e Botelho Moniz, onde se afirma que futuramente a prioridade no campo da Defesa vai para África, que não se devem assumir novos compromissos no âmbito da NATO e que os existentes, embora se mantenham teoricamente, devem ser sacrificados em termos efectivos sempre que os recursos a eles dedicados sejam necessários para as novas tarefas em África.”²⁰ O palco principal da política externa portuguesa passa a centrar-se na ONU, onde a política africana portuguesa é condenada, mas também na NATO, onde muitas vezes eram negociados alguns *dossiers* (caso do período de António de Faria como DELNATO). “Em 1960 (ano da nossa adesão à EFTA) o CEMGFA, na sua directiva de 20 de Janeiro, aponta para a preparação para uma futura guerra no Ultramar face às seguintes hipóteses: guerra defensiva com os países vizinhos, guerra subversiva conduzida no interior dos territórios; sublevação” (Kaúlza, p. 62).

Do progresso verificado nas Forças Armadas de Portugal neste período, Kaúlza de Arriaga²¹ destacou:

- A reorganização e reapetrechamento do Exército e melhoramento da sua infra-estrutura;
- A renovação da Armada, a criação dos Fuzileiros e a ampliação da infra-estrutura naval;
- A formação da Força Aérea, das tropas pára-quedistas e da infra-estrutura aérea;
- O sistema de transmissões interterritorial;
- O desenvolvimento da indústria militar.

De acordo com A. Horta Fernandes, “...contrariamente aos anos trinta, a legislação vai agora a reboque das novas concepções estratégicas e do novo ambiente estratégico, e mesmo assim situando-se francamente abaixo das reflexões mais inovadoras” (p. 564). Pode-se, deste modo, enquadrar este período em três opções estratégicas fundamentais:

²⁰ TELO, António José – *António de Faria*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001, p. 75.

²¹ ARRIAGA, Kaúlza de – *A Defesa Nacional Portuguesa nos últimos 40 anos e no Futuro*, IAEM, Lisboa, 1966, p. 16.

- De 1945 a 1949: alguma indefinição em termos da nossa política externa, mas de alguma proximidade ao regime espanhol no sentido de assegurar a defesa contra a ameaça soviética, na linha dos Pirinéus;
- De 1949 a 1957 em que claramente a opção foi pela NATO;
- De 1957 a 1961 em que a prioridade foi para a defesa do Ultramar, mesmo com o conseqüente e gradual afastamento relativamente aos compromissos assumidos na NATO.

Em suma, entre 1945 e 1961, Portugal continuou a optar por uma estratégia de sobrevivência, assente na aliança com as potências que melhor defendiam os seus interesses. Se a Inglaterra continuava a ser o aliado tradicional, era importante assegurar a aliança da potência marítima dominadora, mas com os equilíbrios e as reservas necessárias à manutenção da independência e à integridade do território nacional. O instrumento dessa aproximação ao «aliado EUA» fez-se através da NATO (em que os Açores assumiram, por esse tempo, um papel geopolítico e estratégico fundamental), com uma influência multifacetada que ultrapassou a política de Defesa portuguesa ao alinhar o País no sistema ocidental e, segundo António Telo, ao introduzir “Portugal na sociedade pós-industrial”.²²

4. Pensar a estratégia em Portugal (1945-1961)

Com um regime de algum modo autocrático e, sobretudo, inibidor das liberdades individuais (caso da censura), era difícil a discussão aberta e a reflexão (mesmo escrita) sobre as novas temáticas que ultrapassassem a dimensão táctica. A maior parte dos escritos portugueses derivavam de traduções e de adaptações da doutrina francesa, alemã e americana, mas também de alguns artigos publicados (sobretudo) na *Revista Militar* e nos *Anais do Clube Militar Naval*. Se falarmos de obras publicadas, poucas foram dadas à luz dos escaparates editoriais ou das bibliotecas,²³ reservando-se as

²² TELO, António José - *Portugal e a NATO*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996, p. 321.

²³ Concordamos com o General Martins Barrento que nos ensinou que “os livros importantes não são os que se escrevem mas os que se lêem.”

edições a apontamentos dos cursos ou palestras ministrados nas escolas militares.

Da lista dos diferentes autores, nem sempre fazem parte os verdadeiros «Estrategos», que tal como Oliveira Salazar ou Santos Costa conduziram os destinos da nação durante este período. Apesar de não terem obra escrita na área da Estratégia, souberam escolher os melhores especialistas e souberam ouvir e ler o que de melhor faziam os profissionais da escrita, onde se incluíam diversos políticos, historiadores, juristas e professores militares.

Como “em Estratégia, mais do que em qualquer área, é preciso saber distinguir o essencial do acessório”,²⁴ vamos tentar apontar cronologicamente as obras e os pensadores mais significativos deste período, tendo por base determinados critérios mais objectivos e ligados à escrita da Estratégia enquanto Ciência e Arte, à originalidade do seu pensamento e à influência que tiveram sobre as Forças Armadas, o que abrange maioritariamente os efectivos militares e, entre estes, um escol de oficiais com uma cultura claramente acima da média. Alguns destes oficiais atingiram postos de elevada responsabilidade, sem desprimor para os restantes que, no seu conjunto, influenciaram variavelmente as decisões políticas ou, por sua vez, foram influenciados pelo pensamento dominante à altura. Não esqueceremos as influências internas e externas de que foram alvo os vários autores, facto importantíssimo para um melhor entendimento das respectivas teorias.

Entre os militares do Exército Português²⁵ que deixaram obra escrita de relevo sobre a Estratégia, destacamos os seguintes:

²⁴ BEAUFRE, André - *Introdução à Estratégia*, p. 133.

²⁵ Dos vários autores olvidados, remetemos para estudos mais cuidados: Afonso Botelho «Defesa Nacional, Orgânica de Preparação para a Guerra Total», in *Revista Militar*, n.º 6, Junho de 1950, pp. 319-322; Fernando Valença «Das relações e influências da ciência e da técnica na guerra», in *Revista Militar*, n.º 7, Junho de 1951, pp. 425-445; Serzedelo Coelho «A Guerra e a Arma Atómica», in *Revista Militar*, n.º 5, Maio de 1956, pp. 327-330; «A Guerra Revolucionária», in *Revista Militar*, n.ºs 8/9, Agosto/Setembro de 1957, pp. 453-468; «A Técnica e a Tática da Guerra Revolucionária», in *Revista Militar*, n.º 12, Dezembro de 1957, pp. 731-768; Kaúlza de Arriaga cujos trabalhos mais directamente relacionados com a Estratégia só seriam publicados a partir de 1966 e Hélio Esteves Felgas.

- O *General Raul Augusto Esteves (1878-1955)*,²⁶ autor que redigiu numerosos textos no âmbito do pensamento estratégico, logo a partir de 1910. Claro defensor da defesa avançada, os seus escritos publicados neste período só teriam lugar a partir de 1949, aquando da definição da modalidade de acção de defesa da Península Ibérica face a um possível ataque soviético ao Ocidente, situação que debateu em mais quatro artigos até 1952.²⁷ Defendeu, então, em oposição ao projecto do “Baluarte Ibérico”, de Santos Costa, que Portugal era a chave da liberdade europeia, a verdadeira base de operações da Península, justificando com os exemplos da Guerra da Sucessão de Espanha e das Campanhas Napoleónicas. Para Raul Esteves, os Pirinéus não tinham valor estratégico (eram um logro) e “não passam de uma recepção acrítica do discurso espanhol” (Esteves, pp. 26-27). A evolução do seu pensamento representa simultaneamente a própria evolução do pensamento português, mas numa perspectiva mais consequente e prática, ou seja, menos teórica e metodológica.
- O *Brigadeiro Alfredo Pereira da Conceição (1911-1972)*,²⁸ autor com vários artigos publicados na *Revista Militar* entre 1944 e 1956²⁹, e considerado por A. Horta Fernandes como um notável “arauto da Estratégia Integral”, em face de uma teoria claramente inovadora.

²⁶ Figura destacada das forças conservadoras militares na década de 1920 e que desempenhou um papel importante nas revoltas de 18 de Abril de 1925 e de 28 de Maio de 1926.

²⁷ Destacamos os seguintes artigos: «O Pacto do Atlântico e a Defesa de Portugal», in *Revista Militar*, n.º 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 521-525; «A Península Ibérica e a Defesa dos Pirinéus», *Revista Militar*, n.º 2/3, Fevereiro/Março de 1950, pp. 77-83.

²⁸ Foi oficial de Artilharia e do Corpo de Estado-Maior, servindo na Escola do Exército. Foi deputado da Assembleia Nacional pelo círculo de Viseu, entre 1953 e 1957. Faleceu em Angola em 1972, quando era 2.º Comandante da referida Região Militar.

²⁹ Artigos de referência: «O Exército ao serviço da Civilização», in *Defesa Nacional*, n.º 128, Dezembro de 1944, p. 206; «A influência da Geografia na Estratégia», in *Revista Militar*, n.º 7, Julho de 1945, pp. 345-351; «A influência da Geografia na estratégia», in *Revista Militar*, n.º 8/9, Agosto/Setembro de 1945, pp. 429-434; «A Bomba Atómica e o Futuro», in *Defesa Nacional*, n.º 146,

Em 1945, num artigo publicado na *Revista Militar* focando a influência da Geografia sobre a Estratégia (premiado pela *Revista Militar*), o então capitão A. Pereira da Conceição destacava que, com a evolução da guerra, se tinha passado do choque entre exércitos para o choque das nações e para uma guerra total, como o demonstrara o conflito da Segunda Guerra Mundial. Já então afirmava que, a partir daí “seria preciso considerar todo o potencial de uma nação e não apenas o efectivo dos seus exércitos.” A. Pereira da Conceição teve, ainda muito jovem, uma visão global da Estratégia, não a circunscrevendo à esfera militar no âmbito da Guerra Total.

Em 1952 publicou um notável artigo na *Revista Militar* intitulado «A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar», onde encontra as origens da Estratégia na Grécia Clássica, pois que, na sua perspectiva, incluiria já uma dimensão para além da vertente militar.³⁰ Para A. Pereira da Conceição, “são os próprios instrumentos de fazer a guerra que se alargaram, e por conseguinte, o factor militar passou a ser um entre outros factores para efectuar o combate, visto que a Estratégia visa aplicar os combates para atingir os fins da guerra.”³¹ Sobrepondo a Estratégia total à Guerra total, destaca o seu carácter contínuo, usando como exemplo (precoce) a Guerra Fria (Conceição, 1952, pp. 13-14).

Define seguidamente a Estratégia como a “ciência da condução superior do Estado, tanto na paz como na guerra, com vista às melhores condições para a realização da sua missão histórica e política na comunidade internacional” (Conceição, 1952, p. 14), mas também como “o conjunto dos conhecimentos in-

Junho de 1946, pp. 49-50; «Evolução da Organização Defensiva dos Estados», in *Revista Militar*, n.º 11, Novembro de 1948, pp. 719-724; «A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar», separata da *Revista Militar*, 1952; «A evolução da Ciência e da Guerra perante as armas termonucleares», separata da *Revista de Artilharia*, Lisboa, 1955; «A técnica revoluciona os Exércitos», separata da *Revista Militar*, Lisboa, 1956.

³⁰ A designação de Estratégia, que teria aparecido pela primeira vez nas reformas de Dracon, promulgadas no ano de 621 e 620 a. C., indicava um posto de direcção na guerra com funções mais próprias de direcção do que de comando.

³¹ DUARTE, Paulo – *ob. cit.*, p. 113.

dispensáveis ao chefe ou chefes de uma nação.” Ou seja, uma noção da Estratégia Integral com níveis subordinados de estratégias gerais, como a militar, a política e a económica. A estratégia política, que incluía a estratégia diplomática e que encontramos noutros autores, tais como Sá Nogueira, seguindo a perspectiva de A. Horta Fernandes, representando uma ligação ao estigma do inimigo externo típico dos portugueses da época.

Para A. Pereira da Conceição, a condução da Estratégia estava circunscrita aos mais elevados organismos da governação, mas também ao próprio povo, como elemento cooperativo na acção estratégica global (Conceição, 1952, p. 16). Segundo este autor, a Estratégia era encarada sobretudo como uma ciência de meios, mas não necessariamente apolítica (como refere A. Horta Fernandes), apesar de a eximir de responsabilidades na definição dos objectivos políticos.

Em Outubro de 1955, A. Pereira da Conceição encetou uma reflexão mais cuidada sobre o poder nuclear³² (sem o vincular à nova conceptualização estratégica), numa oração de sapiência proferida na abertura do ano lectivo na Escola do Exército. Tinha consciência de que era “impossível, em tempo imediato, varrer as armas clássicas do campo de batalha.”

Em 1956, num artigo na *Revista Militar* intitulado «A técnica revoluciona os exércitos», nota-se o peso do novo ambiente NATO. Destaca, então, a necessidade dos efectivos militares terem formação na área política e económica (na altura, o autor detinha elevadas responsabilidades na Escola do Exército), no sentido de terem algum peso na coordenação das contendas dos exércitos com a Política e a Economia.

A. Pereira da Conceição teve influência decisiva na criação da Academia Militar (pelo Decreto-Lei n.º 42151 e a respectiva portaria, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 42449, de 3 de Julho de 1959) e na inclusão da Estratégia nos programas com a 29.ª disciplina “Organização Militar, Tática Geral, Logística e

³² CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da - «A evolução da Ciência da Guerra perante as armas termonucleares». Oração de Sapiência proferida na abertura do ano lectivo da Escola do Exército em 27 de Outubro de 1955, separata da *Revista de Artilharia*, [s. n.], Lisboa, 1955.

Elementos de Estratégia”,³³ onde a introdução à Estratégia era entendida e ensinada de modo muito resumido e rudimentar.

- O Coronel Henrique Pires Monteiro (1882-1958),³⁴ autor algo conservador no âmbito da Estratégia e, curiosamente, um pensador inovador nas áreas da Defesa e organização.

Neste período destacou-se um artigo que publicou na *Revista Militar*, em jeito de resposta ao artigo de A. Pereira da Conceição «A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar». O seu artigo, de cariz conservador, foi publicado em 1952 nas páginas da *Revista Militar* (n.º 7, Julho de 1952, pp. 559-566) e intitulado «A Estratégia, um capítulo da ciência militar». Para H. Pires Monteiro, “a Estratégia é a ciência militar da condução da guerra, combinando os diferentes momentos tácticos” na linha dos seus pensamentos expressos desde 1934. H. Pires Monteiro considerava que a generalização do conceito de Estratégia “não realçaria assim o prestígio da instituição militar” (Monteiro, 1952, pp. 561-563), posição essencialmente baseada em argumentos corporativos (na perspectiva de A. Horta Fernandes). Reduziu a Estratégia à natureza da guerra e ao horizonte da “conflitualidade hostil”, sem aceitar qualquer dimensão política da Estratégia. Para A. Horta Fernandes, este conceito e esta posição de H. Pires Monteiro, representam, no seu conjunto, o núcleo de oficiais resistentes às mudanças em curso. A par desta posição, H. Pires Monteiro defendia, já desde 1951,³⁵ a fusão das Forças Armadas, mas por fases, até à criação de um ministério único, “efectivamente coordenador e dirigido por um

³³ Anteriormente, estas temáticas eram abordadas muito superficialmente nas cadeiras de Geografia e História Militar.

³⁴ Oficial de Administração Militar, esteve na I Guerra Mundial como CEM na coluna de Pereira d’Eça em Angola (1915) e como Chefe da Repartição de Organização de Instrução do QG do Corpo no CEP, entre 1917 e 1918. Foi ministro da República, deputado e Governador Civil do Porto entre 1919 e 1921. Nos anos de 1930 representava a voz republicana, tendo pertencido ao Partido Reconstituente, ao Partido Republicano Português e à Acção Republicana. Foi um dos reformados da «purga» salazarista dos finais dos anos de 1930 (ver FARIA, Telmo – *ob. cit.*, pp. 176-205), tendo-se reformado em 1938.

³⁵ MONTEIRO, Henrique Pires – «Fusão das Forças Armadas», in *Revista Militar*, n.º 11, Dezembro de 1951, pp. 657-674.

ministro civil” e que futuramente “unificasse estrategicamente os diversos ramos das forças armadas.” Tinha a convicção que “a guerra total obrigava a um estudo alargado e colectivo da defesa nacional, que inserisse não só o elemento militar, mas outros, de carácter económico, psicológico e social.”³⁶

Misto de arcaísmo e de modernidade (caso da criação de um Instituto Superior da Defesa Nacional, que já defendia desde a década de 1930), H. Pires Monteiro teve a liberdade (que alguns oficiais do quadro activo não tinham) para aplicar a sua experiência e a maneira republicana de ver a vida e a guerra. Já no final da sua vida, seria confrontado com o novo ambiente e com as novas reformas decorrentes da guerra de contra-subversão em África.

- O *General Júlio Botelho Moniz (1900-1970)*,³⁷ foi um escritor prolixo, apesar dos vários cargos de responsabilidade que foi desempenhando ao longo da sua vida, até à *Abrilada* de 1961.

A sua obra mais conhecida é a *Nação em Guerra*,³⁸ onde defende que a Defesa nacional é uma questão nacional, um problema de toda a nação. Defende ainda a mobilização nacional como forma de reforçar o potencial e a capacidade militar da nação. Também J. Botelho Moniz pugnou pela defesa avançada, centrando, no entanto, a Defesa no factor militar. Na parte final desta obra desenvolveu a estrutura e organização, onde justifica a organização de 1935, a criação do IAEM, e onde distingue claramente a acção do governo (dirigir a guerra e definir a política militar) e dos militares (desenvolver a estratégia e a manobra estratégica). “Apesar de pretender analisar na obra uma guerra de carácter total e integral, apesar de considerar que

³⁶ MONTEIRO, Henrique Pires - «Estudos Colectivos de Defesa», in *Revista Militar*, n.º 4, Abril de 1937, p. 197.

³⁷ Foi Ministro do Interior entre 1944 e 1947, colaborador próximo de Santos Costa e mais tarde de Craveiro Lopes. Em 1955 foi nomeado Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e entre 1957 e 1961 (altura da sua demissão no âmbito da *Abrilada*, em que teve o apoio, entre outros, de Costa Gomes e Almeida Fernandes) foi Ministro da Defesa.

³⁸ MONIZ, Júlio Botelho - *A Nação em Guerra. Organização Nacional da Defesa*, [s. n.], Lisboa, 1939.

deve haver um comando unificado das forças de terra, de mar e de ar, a Armada e o papel da Armada e das marinhas de guerra está quase totalmente ausente da obra.”³⁹

Encontrámos recentemente no IESM uma obra do General J. Botelho Moniz, intitulada *Lições de Estratégia* e dirigida especialmente ao Curso de Altos Comandos. Esta obra de 136 páginas foi publicada em 1953, com a classificação de «SECRETO». Este livro está dividido em oito capítulos (e em alguns quadros), a saber:

1. A Estratégia e o seu conceito moderno – novos rumos da Estratégia;
2. Relação da Política com a Estratégia;
3. Os princípios da Estratégia;
4. A Estratégia das coligações;
5. O problema do equilíbrio das forças, em particular na coligação NATO;
6. Análise da solução portuguesa perante as necessidades da defesa imperial;
7. Noções gerais da Geopolítica;
8. A Defesa na Península Ibérica.

Símbolo de uma época, esta obra de J. Botelho Moniz começa por fazer um levantamento das várias definições de Estratégia, desde Xenofonte a Culmann (1924). Destaca e adianta que, nos últimos anos, “o alargamento da expressão ‘Estratégia’, para além do campo militar” tem sido considerada abusiva por alguns escritores militares. Para aqueles (com os quais comungava...), a Estratégia continuava a ser parte interna da ciência militar – ciência dividida em quatro ramos, ou seja, entre a organização, táctica, estratégia e a logística –, e especialmente, dizia respeito e interessava apenas como ciência do Comando Militar Supremo.

Denota-se na vida e obra de J. Botelho Moniz, por estes tempos, alguma influência da doutrina dos EUA (e da NATO), sobretudo quando aborda a expressão “estratégia geral” ou

³⁹ DUARTE, António Paulo – *ob. cit.*, p. 99.

“nacional” (*national strategy*), tal como os militares norte-americanos a designavam, abarcando todo o conjunto dos campos de acção política, económica e militar. Mesmo aqui demonstrava a sua posição mais conservadora, referindo que a Estratégia não deveria separar-se do campo da ciência puramente militar. Destacava, em sucedâneo, que a Estratégia geral (que para alguns autores constituía uma nova ciência) só confunde as atribuições da Política (que define os fins gerais da guerra) e da Estratégia (que deve determinar os objectivos a alcançar...). Para J. Botelho Moniz, “se a guerra é total, se é levada a todos os domínios e emprega todos os recursos nacionais – terá de considerar-se, a guerra política, a guerra económica, a guerra moral, a par da guerra terrestre, aérea e naval.” Debateu ainda a questão da Estratégia Geral, cujos ditames deveriam ser uma competência do organismo superior de direcção da guerra a que deve presidir o Chefe do Governo. Situa a Estratégia Militar na responsabilidade das operações militares, a qual recebe da Estratégia Geral a missão estratégica que terá por objectivo o aniquilamento do esforço adverso.

Com uma linguagem cuidada e política, destacava que “a subordinação da Estratégia à Política constituiu sempre princípio basilar das democracias” (p. 7) e, salientando mais adiante, que “a forma de atingir a plenitude do necessário desenvolvimento – nos seus múltiplos aspectos – constitui a estratégia nacional ao serviço da qual todas as instituições do Estado se devem congregar no sentido e forma mais apropriados” (p. 7).

De 1953 a 1961, as responsabilidades inerentes às funções exercidas por J. Botelho Moniz dar-lhe-iam novas visões e a oportunidade de, como poucos pensadores puderam, em as traduzir em diplomas legais e numa nova organização da Defesa Nacional em Portugal. Apesar de tudo, a sua nova visão da Estratégia não seria, infelizmente, “transposta para o papel”, como saberia fazer magistralmente o General Beaufre em França alguns anos depois.

- O Coronel João de Sá Nogueira (1900-1969), cujo pensamento estratégico A. Horta Fernandes classifica “entre a novidade e o

arcaísmo”, publicou, em Abril de 1950, um artigo na *Revista Militar*, intitulado «Acerca do moderno conceito de Estratégia». Para J. Sá Nogueira, o organismo que dirige superiormente a guerra, mas que não se sobrepõe à Política, é a Estratégia geral, que, convém, seja presidido pela mesma entidade que preside ao Governo, embora a sua esfera de acção não seja estritamente política (Nogueira, 1950, pp. 143-144). Esta situação das dependências limita o papel da Estratégia enquanto disciplina de meios (também entendível como disciplina dos fins) para atingir os objectivos da Política. No entanto, o levantamento de componentes militares e económicas na Estratégia geral é algo de positivo e inovador. Por outro lado, ainda existe alguma confusão entre as formas de acção da Estratégia (directa e indirecta) e o tipo de Estratégia resultante das formas de coacção (integral, geral).

Sendo J. Sá Nogueira docente no IAEM, interpretava a acção indirecta “quando a decisão é procurada pela actuação sobre as fontes que alimentam o esforço de guerra do adversário” (Nogueira, p. 149). Para J. Sá Nogueira, a divisão entre a Estratégia e a Tática situava-se mais posicional ao nível da natureza dos decisores do que das consequências das acções (Nogueira, p. 149).

- Do *General Luís Câmara Pina (1904-1980)*,⁴⁰ encontramos no IESM umas *Notas sobre Estratégia*, relativas ao Curso de Altos Comandos e com a data de Janeiro de 1955 (então, IAEM), as quais foram oferecidas ao Centro de Estudos de Estratégia pelo General Pedro Cardoso.

Ilustre oficial que se tornaria no fundador do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional (em 1967, mas que só entraria em funcionamento em 1969), antecessor do actual IDN, tinha esta obra muito resumida em 52 páginas, dividida nas seguintes partes:

⁴⁰ Foi CEME durante onze anos (1958-1969) e fundador do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, antecessor do IDN (e de que foi o primeiro Director). Em 2004, comemoraram-se os cem anos do nascimento de tão ilustre militar, com destaque para o número especial editado pela *Revista Militar*.

1. A vida e a morte das civilizações;
2. A Guerra;
3. A Estratégia;
4. Geopolítica.

No capítulo dedicado à Estratégia, destacou a problemática do seu conceito, as escolas, os princípios e os métodos de conhecimento. Entre os grandes pensadores da Guerra salientou os nomes de Gustavo II Adolfo da Suécia [1594-1632], de Luís II, príncipe de Condé [1621-1686] e de Henri de La Tour d'Auvergne, visconde de Turenne [1611-1675], entre outros. Citou o General Barros Rodrigues, pensador formado na esteira dos escritores alemães, para quem a Estratégia seria "a ciência-arte do general em chefe ou a ciência-arte de dirigir os exércitos nos teatros de guerra" (p. 26). Debate com algum cuidado a questão da Estratégia ser uma Arte e uma Ciência e apoia-se na História para identificar as escolas dos doutrinários: Bülow e Jomini; dos ideólogos: Clausewitz e Moltke; e dos Inatistas: em França tendo por base que as qualidades do Chefe são inatas.

Para L. Câmara Pina, mais um realizador que um escritor, a guerra era total e a universalidade do conceito traduzia a realidade da situação: a Estratégia era Una. Associou a Estratégia a um espaço-tempo não limitado (na Tática era limitado) e à dialéctica de vontades. Terminava, destacando a importância da confiança. As suas notas denotam a perspicácia e o sentido prospectivo que o caracterizariam ao longo da vida.

- O *Coronel Hermes de Araújo Oliveira (1917-1981)* publicou a *Guerra Revolucionária* em 1960, que se tornou numa obra de referência obrigatória durante a Guerra Colonial.

Depois de ter publicado vários artigos sobre guerra de guerrilhas⁴¹ e de ter aprendido sobre as experiências da França na Argélia, detinha uma compreensão clara da diferença entre a

⁴¹ Ver OLIVEIRA, Hermes de Araújo - «A manobra e os novos meios», in *Revista Militar*, n.º 6, Junho de 1947, pp. 344-347; «A Guerra de Guerrilhas», in *Revista Militar*, n.º 12, Dezembro de 1947, pp. 669-693; «A Guerrilha na Guerra Moderna», Lisboa, 1949.

guerra subversiva⁴² e a guerra revolucionária,⁴³ que ajudaria a transcrever para o manual de 1963.

Hermes de Oliveira percepcionou prontamente e com grande clareza, a “profunda mutação operacional-táctica da última guerra, isto é, que a velocidade só era completamente valorizável se os meios fossem integrados num todo, que permitisse assegurar a sua coordenação pela sua integração rádio-electrónica”.⁴⁴ Defendia claramente que a defesa dos pequenos Estados deveria ser feita com base na guerrilha e daí pensar que a defesa de Portugal já não teria de ser feita na fronteira e que o conceito de Defesa nacional deveria ser transposto para “resistência nacional”. Com a entrada de Portugal na NATO e com o entendimento rápido do que era a Guerra Fria, Hermes de Oliveira começava a preocupar-se com o perigo da guerrilha para o mundo ocidental.

Em 1960, com a sua *Guerra Revolucionária*, alerta claramente para as estratégias psicológica, política interna, diplomática, económica e militar numa perspectiva integrada e que viria a dar frutos positivos em termos de planeamento e, mais tarde, da acção dos militares portugueses. Esta obra do professor catedrático da cadeira de Geografia e História Militar foi destinada sobretudo aos cadetes da Academia Militar e constituía a colectânea de uma série de cinco conferências que proferiu na mesma Instituição, com um excelente prefácio do General Humberto Buceta Martins, então Comandante da Academia Militar.

⁴² De acordo com *O Exército na Guerra Subversiva*, de 1963, a guerra subversiva é definida como “uma luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção.”

⁴³ De acordo com *O Exército na Guerra Subversiva*, a guerra revolucionária consiste numa “guerra total, levada a efeito pelos países comunistas, com o fim de implantarem o comunismo em todas as nações” e numa doutrina estabelecida para conduzir essa guerra. Esta definição, claramente ideológica (o movimento transformador poderia não ser comunista), tem na essência dos objectivos a atingir a sua grande diferença para a guerra subversiva. A guerra revolucionária pode englobar guerras subversivas...

⁴⁴ DUARTE, Paulo - *ob. cit.*, p. 117.

Para Hermes de Oliveira, existia nessa altura algo de inovador e “muito diferente do que o Ocidente persiste em chamar «guerra», que ataca o ocidental por toda a parte e o esmaga mesmo onde é nitidamente mais forte: a guerra revolucionária” (p. 26). Chamou ainda a atenção para a importância da Estratégia psicológica, quando destacou que no mundo posterior a 1945, “existe um novo meio que permite a posse dos países, a conquista das pessoas, o domínio dos espíritos, sem que haja, como outrora, o que chamamos guerra” (p. 40). Da explanação teórica passou à actividade prática, salientando que esse grave perigo nos ameaçava por toda a parte e, sobretudo, em terras do Ultramar. Esse perigo resultava de uma luta que tinha como objectivo único as populações, pelo que a doutrina a adoptar no combate deveria “estar perfeitamente ajustada a essas populações, quer nas suas características psicológicas quer na sua linha de conduta histórica” (p. 297).

Com uma riquíssima bibliografia (pouco usual na época), esta obra explica magistralmente como é possível reagir contra a guerra revolucionária. A par dos artigos publicados na *Revista Militar*,⁴⁵ *Guerra Revolucionária* foi uma obra de dimensão estratégica muito importante para os anos que se seguiram em Portugal, em especial na Guerra Colonial.

- O *General João Tiroa*⁴⁶ deixou-nos (ao IESM) a publicação das gravações das suas lições em 3 volumes (*Curso de Estratégia*), relativas aos *Cursos de Estado-Maior 1959-60*.

Trabalhou, então, a evolução do conceito de Estratégia, tendo destacando o papel de Clausewitz e a acepção militar em que foi tratada esta ciência, sempre dominada pela Política. Falando da generalização do conceito a partir da década de 1920, referiu ser um escritor checo quem pela primeira vez fala da Estratégia diplomática, financeira e educacional, a par da

⁴⁵ OLIVEIRA, Hermes de Araújo – «A defesa de Moçambique à luz da guerra revolucionária», in *Revista Militar*, n.º 12, Dezembro de 1959, pp. 749-789; «Subversão em África», in *Revista Militar*, n.º 7, Julho de 1960, pp. 415-440.

⁴⁶ Ocupava então o posto de Tenente-Coronel do C.E.M.

Estratégia Militar (veja-se *Rumos da Estratégia Contemporânea*). Destaca ainda os trabalhos do General Violle, de Liddell Hart e o artigo, já aqui citado, do Tenente-Coronel A. Pereira da Conceição na *Revista Militar* («A Estratégia nunca foi uma ciência puramente militar»).

João Tiroa só aceitava que a Estratégia dissesse respeito à Estratégia militar (p. 14), na linha epistemológica de H. Pires Monteiro. Dividiu a ciência estratégica num certo número de níveis, denominados por si, como os patamares «filosófico», «geopolítico» e «estratégico», propriamente dito. Classificou ainda as guerras nas características de «total», «revolucionária» e «integral» (considerada como o somatório das duas anteriores). O Tenente-Coronel João Tiroa representa claramente a posição da maioria dos oficiais conservadores da época, deixando os laivos para as citações.

Os grandes autores da Armada eram homens mais voltados para o oceano e para o império e menos para a raia fronteiriça. Neste período, já muito influenciados pelos pensadores militares ingleses e americanos (na esteira da NATO), destacam-se, pela sua escrita e pensamento estratégico, os Vice-Almirantes Botelho de Sousa e Armando de Roboredo, assim como o Contra-Almirante Manuel Pereira Crespo.

- O *Vice-Almirante Alfredo Botelho de Sousa (1880-1960)*,⁴⁷ militar de origem açoriana que bem soube adaptar-se à realidade nacional deste período.

Defendia que a guerra não se restringia ao campo militar e que a Estratégia tendia a ultrapassar crescentemente o factor militar. No que respeita ao papel da Armada, destacou-se a sua clara defesa da guerra anti-submarina e da guerra antiaérea nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Para A. Botelho de Sousa, o poder do oponente mais forte na luta marítima foi fortemente

⁴⁷ Foi candidato a deputado nas eleições Constituintes de 1911 e senador da I República até ao ano de 1915. Foi nomeado procurador da Câmara Corporativa em 1935. Foi Major-General da Armada de 1941 até à sua passagem à Reserva, em 1945.

sustentado pelas novas armas, sobretudo pelo desenvolvimento do submarino.

Já depois da Segunda Guerra Mundial, apercebeu-se da importância das comunicações e do poder aéreo para a supremacia naval, destacando, então, que “a guerra naval ganhou um carácter aeronaval, anfíbio e ‘trifíbio’, onde a aviação teve e terá um papel primordial.”⁴⁸ É a tomada de consciência de que o poder aéreo é unificador de estratégias e da importância de uma verdadeira estratégia geral militar dos três ramos (defendeu mais fortemente o comando combinado do que a fusão absoluta dos ramos). Em outro artigo, a sua antevisão sobre a arma atómica também é interessante, sobretudo quando destacou que “a arma atómica supera todas as possibilidades de defesa e impõe a paz à Humanidade” (pp. 568-569).

Defendia claramente a criação de um ministério único, dirigido por um elemento civil. Nesta linha civilista (típica da maioria dos autores da Marinha portuguesa no sentido de melhor se “defenderem” das posições do Exército), defendeu, nos anos seguintes, na *Revista Militar*,⁴⁹ a fusão da direcção política da guerra, considerado verdadeiramente um problema estratégico. Segundo afirma Paulo Duarte, foi um pensador sempre atento às inovações produzidas na Guerra e na Estratégia.

- O *Vice-Almirante Armando Júlio de Roboredo e Silva (1903-1987)*,⁵⁰ um dos oficiais da Armada que mais trabalhou sobre a temática da Estratégia.⁵¹

⁴⁸ Cf. SOUSA, Alfredo Botelho de - «O futuro das Forças Armadas perante a evolução do material bélico e a organização mundial para a paz», in *ACMN*, n.º 11/12, Novembro/Dezembro de 1945, pp. 562-563.

⁴⁹ Consulte-se «Coordenação das Forças Armadas», in *Revista Militar*, n.º 6, Junho de 1947, pp. 343-344; «A evolução da coordenação das forças militares», in *Revista Militar*, n.º 5, Maio de 1951, pp. 261-262.

⁵⁰ Deu os primeiros passos da sua carreira na aviação naval. Com uma excelente formação na NATO seria depois sub-Chefe do EMA e, mais tarde, CEMA (1963), tendo tido um papel de destaque na revitalização de toda a frota durante a Guerra Colonial. A ele se deve a recriação dos Fuzileiros em 1961. Depois da passagem à Reserva, em 1970, seria ainda deputado e Vice-Presidente da Assembleia Nacional.

⁵¹ Ver «Problemas Navais», in *Revista Militar*, n.º 10, Outubro de 1949, pp. 575-580.

Num artigo publicado nos *Anais do Clube Militar Naval*, em 1959,⁵² A. Roboredo e Silva referenciava Liddell Hart aquando da sua alusão à “Grande Estratégia”, que se situaria entre as esferas políticas e militares e que se ocuparia de grande parte da actividade governativa. O domínio da “Grande Estratégia” estendia-se aos fins políticos e a um objectivo final, mas também à adequação dos meios necessários para bater o inimigo potencial que se oporia à concretização desses objectivos.

Segundo A. Horta Fernandes referencia, “Armando de Roboredo parece subordinar claramente a estratégia à política e referir a dimensão política da estratégia aos objectivos que suscitam ou podem suscitar hostilidade da parte adversa” (p. 562).

- O *Contra-Almirante Manuel Pereira Crespo (1911-1980)*,⁵³ cuja obra publicada reflecte a influência dos ditames da NATO na década de 1950 em Portugal.

Dos seus artigos destacam-se algumas reflexões publicadas nos *ACMN*⁵⁴ e em que destaca que a “Estratégia Geral” é a concepção da condução e coordenação superior da guerra, na terra, no mar e no ar. Apesar de continuar a considerar a Estratégia apenas como um facto militar, teve uma abertura de espírito considerável no que respeita a uma expressão mais política desta ciência.

Para M. Pereira Crespo, “a Estratégia conserva uma dominância militar, mas já não é expressão tão só da noção de operações militares, passando-se a considerar também a preparação e coordenação interramos tal como a sua condução ao longo do conflito.”⁵⁵

⁵² Ver «Um depoimento sobre a política naval portuguesa», in *ACMN*, Lisboa, pp. 470-484.

⁵³ Foi responsável pela “Crónica de Marinha” dos *Anais do Clube Militar Naval* entre 1956 e 1961. Depois do brilhantismo na missão geo-hidrográfica na Guiné, seria professor no ISNG (destaque para as suas Lições de Estratégia e Organização) e mais tarde adjunto do CEMA. Foi Ministro da Marinha em 1968 e promovido a Contra-Almirante em 1969. Passaria à situação de reserva com o 25 de Abril de 1974.

⁵⁴ Confronte-se «Subsídios para uma Estratégia Naval», in *ACMN*, n.º 10/12, Outubro 1954; n.º 4/5, Abril/Junho de 1955, p. 253; n.º 1/3, Janeiro/Março de 1955.

⁵⁵ Cf. DUARTE, Paulo – *ob. cit.*, p. 169.

Num dos seus últimos artigos redigidos,⁵⁶ M. Pereira Crespo destacou que o valor estratégico de Portugal é consubstanciado nas suas importantes posições estratégicas marítimas, ou seja, na ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Para M. Pereira Crespo, Portugal precisa de uma força móvel em estado de prontidão (aliando até o poder naval e a marinha mercante) e que possa deslocar-se para qualquer ponto, em face da acção indirecta que o inimigo levaria a África (e à Ásia) na subversão e nas guerras geográficas localizadas. Desabafava, com alguma frequência, sobre o peso excessivo do Exército e destacava permanentemente a centralidade geopolítica e geoestratégica do elemento «mar» para Portugal. Foi claramente um autor que reflectiu nos seus opúsculos o parecer ou a visão da Armada, o que não deixa de ser importante para a consolidação do pensamento estratégico nacional.

5. Considerações Finais

Depois de um enquadramento internacional e nacional dedicado ao pensamento estratégico e às reflexões especializadas dos autores nacionais, podemos destacar, em jeito de considerações finais:

A. Sem esquecer que o decisor político que conduziu os destinos de Portugal durante todo este período foi o Professor Doutor A. Oliveira Salazar e que, entre outros actores políticos e militares que tiveram papel importantíssimo nos destinos da nação, se destaca o nome de Santos Costa, defendemos que, de modo directo ou indirecto, os contributos da “massa crítica” da Estratégia terão sido necessariamente positivos para a Estratégia Nacional. Tendencialmente, o entendimento da Estratégia evoluiu, muito resumidamente, da prioridade de uma força terrestre virada para a defesa estática dos Pirinéus (e manutenção dos regimes ibéricos), em 1945, até uma força essencialmente aeronaval virada para o Atlântico e

⁵⁶ «Portugal na Política e nas Estratégias Mundiais», in *ACMN*, n.ºs 7/9, Julho/Setembro de 1956, pp. 276-277. Publicaria ainda *As novas fronteiras da Estratégia*, Lisboa, Editorial Minerva, 1960.

para a colaboração na defesa da Europa além-Pirinéus, entre a adesão à NATO em 1949 e 1957-1958, altura a partir da qual a prioridade foi colocada na defesa do império e, em especial, em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau.

B. A Segunda Guerra Mundial e a entrada de Portugal na NATO fizeram emergir, na maioria dos pensadores militares portugueses, um conceito mais político da Estratégia sem, contudo, deixarem de subordinar os seus pressupostos ao factor político. É comumente aceite pela maioria dos autores nacionais, sobretudo a partir da década de 1950, que existe uma “Estratégia Geral” situada na fronteira entre os patamares políticos e militares e profundamente relacionada com a co-ordenação das acções dos sistemas políticos com os sistemas militares. É ainda assumida abertamente a subordinação da Estratégia à Política e a necessidade da coordenação de todas as forças que suportam um Estado, o que dá origem a algumas reformas de carácter organizativo, tais como a criação dos cargos de Ministro da Defesa e do CEMGFA. Alguns autores portugueses mais inovadores, como por exemplo A. Pereira da Conceição, deixam trespassar a influência do General Beaufre, no sentido em que descortinam, entre outros aspectos, a “Estratégia Geral” e estratégias parcelares (militares, económicas e políticas). Outros autores mais realizadores, tal como Júlio Botelho Moniz, dão espaço à “Estratégia Integral” nas reformas de 1956-1959, talvez devido a uma visão já mais abrangente, associada também à subversão em África e para a qual contribuíram outros pensadores mais preventivos como Hermes de Oliveira. Com a consolidação do factor nuclear e da Guerra Fria e com o crescendo da Guerra Subversiva, nota-se um repensar da Estratégia, numa perspectiva menos ligada ao choque directo das forças militares e mais associada às estratégias indirectas, aspectos que facilitariam os estudos e, posteriormente, a acção portuguesa na Guerra Colonial.

C. A NATO contribuiu para uma melhor compreensão genética e estrutural da Estratégia. Esta influência manifestou-se nas sucessivas reformas legislativas, no investimento na produção de armamento e na dinâmica de uma maior integração dos ramos das

Forças Armadas, alvo de vários debates e reflexões, maioritariamente com mais sentido 'corporativo' do que 'construtivo', a que só as reformas de 1959 e a Guerra Colonial dariam as respostas mais adequadas.

D. Nota-se uma influência clara dos pensadores clássicos franceses, em especial no Exército, o que é atenuado e ultrapassado (com algumas reservas) pela nova escola americana, trazida até nós pela NATO, através do reequipamento e da formação dos quadros superiores. No caso da Marinha, notam-se as influências e a tradição britânica na definição da política naval e na estratégia naval (ainda os ditames de Mahan) mas, gradualmente, também a NATO vai influenciando o pensamento militar estratégico. Estas influências diferentes ao nível dos ramos militares (a Força Aérea estava em formação, como se sabe) dão-nos uma ideia geral de que, efectivamente, os dois ramos do Exército e da Marinha possuíam, então, concepções geopolíticas distintas e que se traduziam num *esgrimir* permanente, em que nem sempre o último beneficiário era Portugal. São expressamente claras as posições diferentes dos militares da Marinha e do Exército, estes mais voltados para a raia fronteiriça e aqueles mais voltados para o oceano e para o império. Neste período e nesta temática, o destaque vai para os oficiais do Exército, mais inovadores e mais questionadores da situação política estratégica nacional, sem desprimor para uma nova geração (depois de Pereira da Silva) de pensadores navais mais realistas e conscientes das limitações de Portugal.

E. Este período termina com a *Abrilada*, "chefiada" por J. Botelho Moniz, representante da "Geração NATO" (destaque ainda para o então Tenente-Coronel Costa Gomes). No entanto, caberia a esta "Geração NATO" a tarefa de organizar e sustentar uma Guerra Colonial ao longo de treze anos, a qual só terminaria com o 25 de Abril de 1974, "chefiado" pelos capitães de Abril, representantes da "Geração MATO".

F. Publicações como a *Revista Militar* e os *Anais do Clube Militar Naval* foram e continuam a ser um baluarte dos grandes

debates e um repositório de reflexões sobre as questões, directa ou indirectamente, relacionadas com os conhecimentos militares e com a Estratégia, em particular. As novas ideias eram aqui sempre bem recebidas e quando tal não sucedia, havia sempre lugar ao diálogo construtivo e com qualidade.

Fizemos um esforço para “acordar” alguns nomes da História do Pensamento Estratégico Nacional entre 1945 e 1961, com a consciência de que outros estrategos e estrategistas, sem desprimor, terão sido olvidados. Neste sentido, esperamos ter contribuído para reforçar a “Memória da Nação”, indispensável para irmos ao encontro do lema deste Instituto, “Nos Caminhos da Nação”...

Bibliografia de Referência:

- ARRIAGA, Kaulza de - *A Defesa Nacional Portuguesa nos últimos 40 anos e no Futuro*, IAEM, Lisboa, 1966.
- BEAUFRE, André - *Introdução à Estratégia*, Edições Sílabo, Lisboa, 2004.
- CARDOSO, Pedro - «A Península Ibérica e o seu valor estratégico actual, in *Revista Militar*», n.º 7, Julho de 1957, pp. 633-639.
- CARDOSO, Pedro - «Evolução do Conceito Estratégico Nacional no Século XX», in *Estratégia*, vol. IV, Lisboa, 1982.
- CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da - «A estratégia nunca foi uma ciência puramente militar», separata da *Revista Militar*, n.º 104, 1952.
- CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da - «A evolução da Ciência da Guerra perante as armas termonucleares». Oração de Sapiência proferida na abertura do ano lectivo da Escola do Exército em 27 de Outubro de 1955, separata da *Revista de Artilharia*, [s. n.], Lisboa, 1955.
- CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da - «A influência da Geografia na Estratégia», in *Revista Militar*, n.º 7, Junho de 1945, pp. 429-434.
- CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da - «A técnica revoluciona os exércitos», separata da *Revista Militar*, 1956.
- CRESPO, Manuel Pereira - «Portugal na Política e nas Estratégias Mundiais», in *ACMN*, n.ºs 7/9, Julho/Setembro de 1956, pp. 276-277.

- CRESPO, Manuel Pereira – «Subsídios para uma Estratégia Naval», in *ACMN*, n.º 10/12, Outubro 1954; n.º 4/5, Abril/Junho de 1955, e n.º 1/3, Janeiro/Março de 1955.
- DUARTE, Paulo – *Política de Defesa e Estratégia Militar durante o Estado Novo (1919-1958)*, dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História Institucional e Política Contemporânea apresentada à FCSH/UNL, Lisboa, 2005.
- ESTEVES, Augusto Raul – «A Península Ibérica e a Defesa dos Pirinéus», in *Revista Militar*, n.ºs 2/3, Fevereiro/Março de 1950, pp. 77-83.
- ESTEVES, Augusto Raul – «O Pacto do Atlântico e a Defesa de Portugal», in *Revista Militar*, n.ºs 8/9, Agosto/Setembro de 1949, pp. 521-525.
- ESTEVES, Augusto Raul – *A Defesa da Europa Ocidental*, [s. n.], Lisboa, 1952.
- FERNANDES, António Horta – «O Pensamento Estratégico [século XX]», in *Nova História Militar. Portugal nos Conflitos Internacionais*, por António Horta Fernandes, José Medeiros Ferreira [et. al.], com coordenação de Nuno Severiano Teixeira, sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004, pp. 511-581.
- HART, Liddell – *Estratégia*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1966.
- MONIZ, Júlio Botelho – *A Nação em Guerra. Organização Nacional da Defesa*, [s. n.], Lisboa, 1939.
- MONIZ, Júlio Botelho – *Lições de Estratégia*, IAEM, Lisboa, 1953.
- MONTEIRO, Henrique Pires – «A Estratégia, um capítulo da ciência militar», in *Revista Militar*, 1952.
- MONTEIRO, Henrique Pires – «Estudos Colectivos de Defesa», in *Revista Militar*, n.º 4, Abril de 1937, p. 197.
- MONTEIRO, Henrique Pires – «Fusão das Forças Armadas», in *Revista Militar*, n.º 11, Dezembro de 1951, pp. 657-674.
- NOGUEIRA, João de Sá – «Acerca do moderno conceito de Estratégia», in *Revista Militar*, Abril de 1950.
- Nova História Militar. Portugal nos Conflitos Internacionais*, por António Horta Fernandes, José Medeiros Ferreira [et. al.], com coordenação de

- Nuno Severiano Teixeira, sob a direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo - «Subversão em África», in *Revista Militar*, n.º 7, Julho de 1960, pp. 415-440.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo - *Guerra Revolucionária*, Academia Militar, Lisboa, 1960.
- PINA, Luís Câmara - *Notas sobre Estratégia*, Curso de Altos Comandos, IAEM, Lisboa, Janeiro de 1955.
- PIRES, Eduardo - «Estratégia Total», in *Revista Militar*, n.º 102, 1950.
- RIBEIRO, António Silva - *Organização Superior da Defesa Nacional*, Prefácio, Lisboa, 2004.
- ROBOREDO E SILVA, Armando - «Problemas Navais», in *Revista Militar*, n.º 10, Outubro de 1949, pp. 575-580.
- ROBOREDO E SILVA, Armando - «Um depoimento sobre a política naval portuguesa», in *ACMN*, pp. 470-484.
- SALAZAR, António de Oliveira - *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)*, vols. I-IV, Coimbra Editora, Coimbra, 1951.
- SILVA, Alberto Andrade e - *Teatro de Operações de Portugal*, EME, Lisboa, 1950.
- SOUSA, Alfredo Botelho de - «A evolução da coordenação das forças militares», in *Revista Militar*, n.º 5, Maio de 1951, pp. 261-262.
- SOUSA, Alfredo Botelho de - «Coordenação das Forças Armadas», in *Revista Militar*, 1957.
- SOUSA, Alfredo Botelho de - «Coordenação das Forças Armadas», in *Revista Militar*, n.º 6, Junho de 1947, pp. 343-344.
- SOUSA, Alfredo Botelho de - «O futuro das Forças Armadas perante a evolução do material bélico e a organização mundial para a paz», in *ACMN*, n.ºs 11/12, Novembro/Dezembro de 1945, pp. 562-563.
- TELO, António José - *António de Faria*, Edições Cosmos, Lisboa, 2001.
- TELO, António José - *Portugal e a NATO*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.
- TIROA, João de - *Cursos de Estado-Maior 1959-1960*, vols. I-III, IAEM, Lisboa, 1960.